

ARI FERREIRA DE QUEIROZ

Doutor em Direito Constitucional

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais

Mestre em Direito do Estado

Juiz de Direito no Estado de Goiás

Ex-Presidente da turma recursal dos juizados especiais

Professor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás

Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUCGoiás

Integrante do Corpo Acadêmico da ESUP - Escola Superior Associada de Goiânia

Professor de pós-graduação em várias instituições

DIREITO CONSTITUCIONAL



- ▶ **Constitucionalismo ▶ Controle da constitucionalidade ▶ Direitos fundamentais**
- ▶ **Norma constitucional ▶ Processo legislativo ▶ Repartição de competência**
- ▶ **Teoria da Constituição**



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Direito Constitucional - 16ª edição

© Ari Ferreira de Queiroz

J. H. MIZUNO 2014

Revisão:

Douglas Dias Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

Q3d	<p>Queiroz, Ari Ferreira de. Direito constitucional / Ari Ferreira de Queiroz. – 16.ed.</p> <p>Leme: J. H. Mizuno, 2014. 821p. 24cm.</p> <p>Inclui referências Inclui índice alfabético remissivo.</p> <p>1. Direito constitucional e administrativo. 2. Constituição. 3. Teoria da constituição. I. Título.</p>	
ISBN 978-85-7789-178-8		CDD-342
<p>Índice para o Catálogo Sistemático</p> <p>1. Direito constitucional e administrativo 342 2. Instrumentos básicos do governo : Constituição 342.02</p>		

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

CAPÍTULO I

Ideia Geral de Direito Constitucional	63
1 Explicação introdutória.....	63
2 Ideia de direito.....	63
3 Divisão do direito.....	64
4 Direito constitucional.....	64
4.1 Noções.....	64
4.2 Relações com outras disciplinas jurídicas.....	65
4.3 Relações com outras ciências afins.....	66
4.4 Origem da disciplina.....	66
4.5 Objeto.....	68
4.5.4 Conclusão.....	68
4.6 Divisão.....	68
4.6.1 Direito constitucional geral.....	68
4.6.2 Direito constitucional comparado.....	69
4.6.3 Direito Constitucional particular.....	69
4.6.4 Direito Constitucional internacional.....	69
4.7 Metodologia constitucional.....	69
4.7.1 Noções.....	69
4.7.2 Método exegético ou positivo.....	70
4.7.3 Método dogmático.....	70
4.7.4 Método histórico.....	71
4.7.5 Método comparado.....	71
5 Fontes do Direito Constitucional.....	71
5.1 Noções.....	71
5.2 Fontes formais.....	71
5.3 Fontes materiais.....	73
6 Princípios específicos do Direito Constitucional.....	73
6.1 Noções.....	73
6.2 Princípio da fundamentalidade.....	73
6.2.1 Noções.....	73
6.2.2 Subprincípio da organização.....	74
6.2.3 Subprincípio da distribuição.....	74

6.2.4 Subprincípio da finalidade.....	74
6.2.5 Subprincípio da responsabilidade.....	75
6.3 Princípio da totalidade.....	75
6.4 Princípio da perdurabilidade.....	75
6.5 Princípio da supremacia.....	75
6.6 Princípio da funcionalidade.....	76
6.6.1 Noções.....	76
6.6.2 Subprincípio da eficiência.....	76
6.6.3 Subprincípio da cooperação.....	76
6.6.4 Subprincípio da persistência.....	76
6.6.5 Subprincípio da adaptação.....	76
6.7 Princípio ideológico.....	76
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO I.....	77
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO I.....	81

CAPÍTULO II

Teoria Geral do Estado.....	83
1 Noções.....	83
2 A teoria geral e o Estado.....	83
2.1 A Teoria Geral do Estado.....	83
2.2 O Estado.....	83
3 A nação.....	83
4 Estado homogêneo e heterogêneo.....	84
5 Elementos do Estado.....	84
5.1 Noções.....	84
5.2 População.....	85
5.3 Território.....	85
5.4 Governo soberano.....	85
5.4.1 Noções.....	85
5.4.2 Teoria da soberania popular.....	85
5.4.3 Teoria da soberania nacional.....	85
5.4.4 Teoria da soberania do Estado.....	86
5.4.5 Conclusão.....	86
6 Classificação dos Estados.....	86
6.1 Noções.....	86
6.2 Estado perfeito e suas formas.....	86
6.2.1 Sob a ótica do Direito Internacional.....	86
6.2.1.1 Estado simples.....	86
6.2.1.2 Estado composto.....	86
6.2.2 Sob a ótica do direito interno.....	87
6.2.2.1 Estado unitário.....	87
6.2.2.2 Estado confederado.....	87

6.2.2.3 Estado federado.....	88
6.2.2.4 União pessoal.....	88
6.2.2.5 União real.....	88
6.2.2.6 União incorporada.....	88
6.2.3 A federação como forma de Estado simples.....	88
6.2.3.1 Noções.....	88
6.2.3.2 Origem.....	89
6.2.3.3 Rejeição da ideia federada.....	89
6.2.3.4 Espécies de federalismo.....	89
6.2.3.4.1 Quanto à origem.....	89
6.2.3.4.2 Quanto à forma.....	90
6.2.3.5 Características.....	90
7 O governo.....	91
7.1 Noções.....	91
7.2 Classificação.....	91
7.3 Formas de governo.....	91
7.3.1 Noções.....	91
7.3.2 Concepção aristotélica.....	92
7.3.2.1 Noções.....	92
7.3.2.2 O governo segundo a intenção dos governantes.....	92
7.3.2.3 O governo segundo o número de governantes.....	92
7.3.3 Concepção maquiavélica.....	93
7.3.3.1 Noções.....	93
7.3.3.2 Características da monarquia e república.....	93
7.3.3.3 Espécies de monarquias.....	93
7.3.3.3.1 Noções.....	93
7.3.3.3.2 Monarquia ilimitada absolutista.....	93
7.3.3.3.3 Monarquias limitadas.....	94
7.3.3.4 Espécies de República.....	94
7.3.3.5 A democracia.....	95
7.3.3.5.1 Noções.....	95
7.3.3.5.2 Democracia direta.....	95
7.3.3.5.3 Democracia indireta.....	95
7.3.3.5.4 Democracia semidireta ou mista.....	95
7.3.4 Concepção montesquieniana.....	96
7.4 Sistemas ou regimes de governo.....	97
7.4.1 Noções.....	97
7.4.2 O sistema presidencialista.....	97
7.4.2.1 Noções.....	97
7.4.2.2 Espécies de sistema presidencialista.....	97
7.4.2.2.1 Noções.....	97
7.4.2.2.2 Presidencialismo puro ou clássico.....	97

7.4.2.3.3 Presidencialismo atenuado	98
7.4.2.3.4 Presidencialismo temperado	98
7.4.2.3.5 Presidencialismo eclético ou misto	98
7.4.3 O sistema parlamentarista	99
7.4.3.1 Noções	99
7.4.3.2 Características	99
7.4.3.3 O gabinete	99
7.4.3.4 A queda do parlamento	100
7.4.3.5 Chefe de Estado	100
7.4.3.6 Chefe de governo	100
7.4.4 O sistema diretorial	100
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO II	101
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO II	104

CAPÍTULO III

O Constitucionalismo	105
1 Explicação	105
2 Fases do constitucionalismo	106
3 Constitucionalismo liberal ou individual	106
3.1 Noções	106
3.2 O pensamento de Emmanuel Sieyès	107
3.3 A organização social francesa	108
3.3.1 Noções	108
3.3.2 Primeiro Estado	109
3.3.3 Segundo Estado	109
3.3.4 Terceiro Estado	109
3.3.5 O governo	110
3.3.6 Os Estados Gerais	110
3.4 A queda da Bastilha	111
3.4.1 Noções	111
3.4.2 A origem	111
3.4.3 Os fatos	111
3.4.4 Importância da queda da Bastilha para o mundo	112
4 Constitucionalismo do Estado social	113
4.1 Noções	113
4.2 Facetas do constitucionalismo do Estado social	113
4.3 Neoliberalismo	114
4.4 Características do constitucionalismo do Estado social	114
5 Neoconstitucionalismo ou constitucionalismo contemporâneo	115
5.1 Noções	115
5.2 Origem do termo “neoconstitucionalismo”	116
5.3 Características do neoconstitucionalismo	117

6 Novo constitucionalismo	118
6.1 Noções	118
6.2 Características do novo constitucionalismo	118
6.3 Dois exemplos: Equador e Brasil	118
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO III	119
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO III	125
CAPÍTULO IV	
A Constituição	127
1 Noções	127
2 Lei constitucional e lei comum.....	127
3 Superioridade da constituição: norma hipotética fundamental.....	128
4 Constituição como documento escrito que veicula norma fundamental	129
5 Sentidos ou concepções da constituição	130
5.1 Sentido sociológico	130
5.2 Sentido político.....	130
5.3 Sentido jurídico.....	131
6 Classificação das constituições.....	132
6.1 Quanto ao conteúdo.....	132
6.1.1 Constituição material.....	132
6.1.2 Constituição substancial	132
6.1.3 Constituição formal	133
6.2 Quanto à forma	133
6.2.1 Constituição escrita.....	133
6.2.2 Constituição costumeira.....	133
6.3 Quanto à origem.....	133
6.3.1 Constituição promulgada	133
6.3.2 Constituição outorgada	134
6.3.3 Constituição pactuada e constituição cesarista	135
6.4 Quanto à mutabilidade ou estabilidade	135
6.4.1 Constituição imutável.....	135
6.4.2 Constituição fixa.....	135
6.4.3 Constituição rígida	136
6.4.4 Constituição flexível ou plástica	137
6.4.5 Constituição mista ou semirrígida	137
6.5 Quanto ao tipo de normas.....	137
6.6 Quanto à dogmática	137
6.7 Quanto à concordância das normas	138
7 Objeto das constituições: a questão da obesidade constitucional	138
7.1 Noções	138
7.2 O problema da reserva de constituição.....	138
7.3 Conclusão	139

7.4 Desconstitucionalização de norma constitucional.....	139
8 Elementos da constituição.....	139
9 Da tipologia das normas constitucionais.....	140
9.1 Preâmbulo.....	140
9.1.1 Noções.....	140
9.1.2 Natureza jurídica.....	140
9.1.3 Modificabilidade.....	141
9.2 Normas constitucionais principais.....	142
9.3 Normas constitucionais gerais.....	142
9.4 Normas constitucionais transitórias.....	142
9.4.1 Noções.....	142
9.4.2 Característica.....	143
9.4.3 Localização.....	143
9.4.4 Modificabilidade.....	144
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO IV.....	144
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO IV.....	149

CAPÍTULO V

Aplicabilidade das Normas Constitucionais.....	151
1 Noções.....	151
2 Eficácia da norma constitucional.....	151
3 Vigência da norma constitucional.....	152
3.1 Noções.....	152
3.2 Entrada em vigor da norma constitucional e <i>vacatio constitutionis</i>	152
4 Validade da norma constitucional.....	153
4.1 Noções.....	153
4.2 Encontro entre eficácia e vigência.....	153
4.3 Encontro entre eficácia e validade.....	154
5 Síntese da validade, vigência e eficácia.....	154
6 A divisão tricotômica da eficácia das normas constitucionais.....	154
6.1 Noções.....	154
6.2 Norma constitucional de eficácia plena.....	155
6.3 Norma constitucional de eficácia contida, restringível ou redutível.....	155
6.4 Norma constitucional de eficácia limitada.....	156
6.4.1 Noções.....	156
6.4.2 Norma constitucional de princípio institutivo.....	156
6.4.3 Norma constitucional de princípio programático.....	157
6.5 A norma constitucional de eficácia absoluta.....	157
6.6 A ampliação do conteúdo da norma constitucional.....	158
7 Nova constituição e ordenamento jurídico anterior: direito intertemporal.....	158
7.1 Noções.....	158
7.2 Teoria da revogação.....	158

7.3 Teoria da recepção	160
7.4 Teoria da repristinação	161
7.4.1 Noções	161
7.4.2 Repristinação de constituição	162
7.4.3 Revogação tácita de leis e repristinação	162
7.4.4 Institutos afins à repristinação	163
7.5 Teoria da desconstitucionalização	163
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO V	164
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO V	168

CAPÍTULO VI

Interpretação das Normas Constitucionais	169
1 Noções	169
2 Interpretação e hermenêutica	170
2.1 Noções	170
2.2 Distinção entre hermenêutica e interpretação	172
3 Interpretação e integração	172
4 Intérpretes da constituição	172
5 <i>Construction</i> ou <i>interpretation</i>	173
6 <i>Mens legis</i> ou <i>mens legislatoris</i>	173
7 Postulados da interpretação constitucional	176
8 Origens da interpretação	177
8.1 Noções	177
8.2 Interpretação autêntica	177
8.3 Interpretação legislativa	177
8.4 Interpretação administrativa	177
8.5 Interpretação doutrinária	178
8.6 Interpretação judicial	178
9 Métodos de interpretação	178
9.1 Noções	178
9.2 Método gramatical ou literal	179
9.3 Método histórico	180
9.4 Método sistemático	181
9.5 Método teleológico	182
10 Interpretação evolutiva e interpretação retrospectiva	183
11 Interpretação das leis conforme a constituição	185
11.1 Noções	185
11.2 Interpretação conforme e declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto	186
12 Interpretação da constituição conforme as leis	189
13 O problema das lacunas constitucionais	189
13.1 Noções	189
13.2 Omissão inconstitucional e lacuna constitucional	190

13.3 Tipos de lacunas	190
13.3.1 Lacuna oculta.....	190
13.3.2 Lacuna descoberta.....	191
13.4 Pressupostos da integração.....	191
13.5 Meios de colmatação das lacunas	192
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO VI	192
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO VI.....	198

CAPÍTULO VII

Do Poder Constituinte Elaborador de Constituição.....	199
1 Noções	199
2 Poder constituinte e poder constituído	199
3 Espécies de poder constituinte.....	199
3.1 Noções	199
3.2 Poder constituinte originário.....	200
3.2.1 Noções.....	200
3.2.2 Formas de manifestação: assembleia ou revolução.....	200
3.2.2.1 Noções.....	200
3.2.2.2 Poder constituinte democrático.....	201
3.2.2.3 Poder constituinte revolucionário.....	202
3.2.3 Natureza jurídica	203
3.2.3.1 Correntes doutrinárias	203
3.2.3.2 A solução da controvérsia.....	203
3.2.4 Titularidade do poder constituinte	204
3.2.5 Agente do poder constituinte.....	204
3.2.6 Características do poder constituinte.....	204
3.3 Poder constituinte derivado	205
3.3.1 Noções	205
3.3.2 Espécies de poder constituinte derivado	206
3.3.2.1 Noções.....	206
3.3.2.2 Poder constituinte revisional.....	206
3.3.2.3 Poder constituinte reformador.....	207
3.3.2.3.1 Noções	207
3.3.2.3.2 Forma de exteriorização da reforma.....	208
3.3.2.3.3 Reforma e mutação constitucionais.....	208
3.3.2.3.4 Natureza jurídica do poder constituinte derivado	208
3.3.2.3.5 Titularidade	208
3.3.2.3.6 Agente	209
3.3.2.3.7 Características.....	210
3.3.2.3.8 Limitações ao exercício do poder constituinte derivado.....	210
3.3.2.3.8.1 Noções	210
3.3.2.3.8.2 Limitação formal.....	210

3.3.2.3.8.3 Limitação circunstancial	211
3.3.2.3.8.4 Limitação temporal	211
3.3.2.3.8.5 Limitação material ou substancial explícita	212
3.3.2.3.8.6 Limitação implícita e a dupla revisão constitucional.....	212
3.4 Poder constituinte decorrente	213
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO VII	214
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO VII.....	218

CAPÍTULO VIII

Da Inconstitucionalidade das Leis e Atos Normativos	219
1 Noções	219
2 Ilegalidade e inconstitucionalidade.....	219
3 Constitucionalidade, inconstitucionalidade e bloco de constitucionalidade.....	220
4 Lei ainda constitucional com trânsito para a inconstitucionalidade	221
5 Inconstitucionalidade de norma constitucional originária	222
6 Inconstitucionalidade de lei anterior à constituição	223
7 Diferentes tipos de inconstitucionalidade	223
7.1 Noções	223
7.2 Inconstitucionalidade por omissão	223
7.2.1 Noções	223
7.2.2 Pressupostos da inconstitucionalidade por omissão	224
7.2.3 Omissão suprimível e omissão insuprimível.....	224
7.2.3.1 Omissão suprimível	224
7.2.3.2 Omissão insuprimível	225
7.2.4 Omissão total e omissão parcial	226
7.3 Inconstitucionalidade por ação.....	228
7.3.1 Noções	228
7.3.2 Inconstitucionalidade formal.....	228
7.3.2.1 Noções.....	228
7.3.2.2 Inconstitucionalidade formal por violação do processo legislativo.....	228
7.3.2.3 Inconstitucionalidade formal por incompetência dos pressupostos da lei ...	229
7.3.2.4 Inconstitucionalidade formal por incompetência legislativa	229
7.3.3 Inconstitucionalidade material.....	229
7.3.3.1 Noções.....	229
7.3.3.2 Inconstitucionalidade material por excesso de Poder Legislativo.....	229
7.3.4 Outras formas de classificar as inconstitucionalidades.....	232
7.3.4.1 Inconstitucionalidade direta ou expressa e indireta ou implícita.....	232
7.3.4.2 Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	232
7.3.4.3 Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente.....	233
7.3.4.4 Inconstitucionalidade antecedente ou principal e consequente ou acessória ..	234
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO VIII	234
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO VIII.....	239

CAPÍTULO IX

Teoria Geral do Controle da Constitucionalidade	241
1 Noções	241
2 Notícia histórica do controle da constitucionalidade	241
3 Técnicas de controle da constitucionalidade	243
3.1 Noções	243
3.2 Momento do controle da constitucionalidade	244
3.3 Órgão encarregado do controle da constitucionalidade	244
3.4 Sistemas de controle da constitucionalidade	245
3.4.1 Difuso, incidental, concreto ou por exceção	245
3.4.2 Concentrado, principal, abstrato ou por ação	245
4 Natureza do ato inconstitucional e da sentença que o declara	246
4.1 Noções	246
4.2 Teoria da nulidade	246
4.3 Teoria da anulabilidade	247
4.4 Declaração de inconstitucionalidade e repristinação	248
5 Prazo para arguir a inconstitucionalidade	249
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO IX	249
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO IX	255

CAPÍTULO X

Do Controle da Constitucionalidade no Brasil	257
1 Peculiaridades do sistema brasileiro	257
2 Defesa incidental da Constituição Federal de 1988 (controle difuso)	258
2.1 Noções	258
2.2 Objeto	258
2.3 Competência	258
2.4 Meios hábeis para provocar o controle difuso	260
2.5 Procedimento no juízo de primeiro grau	261
2.6 Procedimento no juízo recursal de segundo grau	261
2.6.1 Noções	261
2.6.2 Processamento do recurso no tribunal	262
2.6.3 Necessidade de remessa ao plenário	263
2.6.4 Procedimento no plenário	263
2.6.5 Quais são as decisões recorríveis	264
2.7 Recurso extraordinário contra decisão do órgão fracionário	265
2.7.1 Noções	265
2.7.2 Casos de cabimento	265
2.8 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso	266
2.9 O papel do Senado Federal no controle judicial da constitucionalidade	266
2.9.1 Noções	266
2.9.2 Origem dessa regra	267

2.9.3 Limitação ao controle difuso	268
2.9.4 Suspensão da execução alcança leis municipais	268
2.9.5 Não se suspende ato que não seja lei	269
2.9.6 Suspensão é faculdade que se confere ao Senado Federal	269
2.9.7 Efeito da suspensão da execução pelo Senado Federal	270
2.9.8 No todo ou em parte	271
2.9.9 Síntese final	271
3 O processo de defesa direta da Constituição Federal (controle concentrado)	271
3.1 Noções	271
3.2 Breve histórico de 1824 a 1988	272
3.3 Previsão constitucional	273
3.4 Espécies de ações	273
3.5 Peculiaridades da ação direta de inconstitucionalidade	275
3.5.1 Parte legítima ativa	275
3.5.1.1 Noções	275
3.5.1.2 Legitimidade ordinária e concorrente	276
3.5.1.3 Pertinência temática	276
3.5.1.4 Legitimidade do chefe do Poder Executivo	277
3.5.1.5 Âmbito nacional das associações ou confederações sindicais	277
3.5.1.6 O que pode ser considerado entidade de classe legitimada	278
3.5.1.7 Associação de associações	280
3.5.1.8 A confederação sindical	280
3.5.1.9 Desistência do legitimado ou perda de capacidade processual	281
3.5.1.10 Perda de capacidade processual do legitimado	281
3.5.1.11 Assistência e intervenção de terceiros: <i>amicus curiae</i>	281
3.5.1.12 Litisconsórcio ativo	283
3.5.2 Parte legítima passiva	283
3.5.3 Competência	284
3.5.4 Objeto	284
3.5.4.1 Lei federal ou estadual contemporânea à constituição	284
3.5.4.2 A lei deve ser clara	285
3.5.4.3 Ato normativo abstrato sem efeitos concretos	285
3.5.4.4 Normas de Direito Internacional	286
3.5.4.5 Ato interna corporis	286
3.5.4.6 Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral	287
3.5.4.7 Respostas do tribunal de contas a consultas	288
3.5.4.8 Inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal	289
3.5.5 Procedimento da ação direta de inconstitucionalidade	289
3.5.5.1 Noções	289
3.5.5.2 Concessão de medida cautelar	290
3.5.5.3 Medida cautelar em ação direta por omissão	290
3.5.5.4 Efeito da medida cautelar	290
3.5.5.5 Substituição do julgamento cautelar por julgamento de mérito	291

3.5.5.6	Julgamento da causa e seus efeitos.....	291
3.5.5.7	Recurso e ação rescisória	292
3.6	Peculiaridades da ação contra inércia do poder de regulamentar.....	292
3.6.1	Noções.....	292
3.6.2	Justificativa.....	293
3.6.3	Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade negativa.....	293
3.6.4	Procedimento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	295
3.6.5	Liminar	295
3.6.6	Efeitos da sentença final de procedência do pedido.....	296
4	Processo de confirmação direta da constituição (controle concentrado).....	296
4.1	Noções	296
4.2	Objeto da ação	297
4.3	Finalidade.....	297
4.4	Legitimidade ativa	298
4.5	Concessão de medida liminar	298
5	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	299
5.1	Noções	299
5.2	Espécies de arguições	299
5.3	Natureza jurídica	300
5.4	Caráter residual da arguição frente a outro meio eficaz	300
5.5	Preceito fundamental	302
5.6	Peculiaridades do processo judicial	302
5.6.1	Legitimidade.....	302
5.6.2	Requisitos da petição inicial.....	303
5.6.3	Liminar	303
5.6.4	Efeito da decisão.....	303
5.6.5	Recursos	303
6	Controle da constitucionalidade no âmbito da Constituição Estadual.....	303
6.1	Noções	303
6.2	Controle difuso	304
6.2.1	Noções	304
6.2.2	Irrecorribilidade da decisão do Tribunal de Justiça	305
6.2.3	Admissibilidade de recurso extraordinário	305
6.3	Controle concentrado.....	306
6.4	Inconstitucionalidade em face das constituições estadual e federal.....	306
7	Lei orgânica municipal.....	307
8	A questão frente à Lei Orgânica do Distrito Federal.....	307
9	Representação de inconstitucionalidade interventiva	308
9.1	Noções	308
9.2	Competência	309
9.3	Legitimidade	309
9.4	Natureza decisão	309
	QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO X	310
	QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO X.....	314

CAPÍTULO XI

Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988	315
1 Noções	315
2 Princípios constitucionais positivos	315
3 Classificação dos princípios político-fundamentais	316
4 Função e aplicabilidade dos princípios	316
5 Princípios fundamentais contidos nos arts. 1º a 4º	317
5.1 Princípio republicano	317
5.2 Princípio federativo	317
5.3 Princípio do Estado democrático de Direito	317
5.4 Princípio da soberania	318
5.5 Princípio da cidadania	318
5.6 Princípio da dignidade da pessoa humana	318
5.7 Princípio dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	318
5.8 Pluralismo político	319
5.9 Princípio da originalidade do poder popular	319
5.10 Princípio da triplicação e separação de poderes	319
5.11 Objetivos a serem alcançados	320
5.12 Respeito mútuo internacional	320
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XI	320
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XI	324

CAPÍTULO XII

Direitos e Garantias Fundamentais	325
1 Noções	325
2 Evolução histórica	326
2.1 Noções	326
2.2 Magna carta	326
2.3 <i>Petition of rights</i>	326
2.4 <i>Habeas corpus act</i>	326
2.5 <i>Bill of rights</i>	327
2.6 Declaração de direitos do bom povo de Virgínia	327
2.7 Declaração de direitos norte-americana	327
2.8 Declaração dos direitos do homem e do cidadão	327
2.9 Declaração universal dos direitos do homem	328
3 Os direitos e garantias nas constituições brasileiras	328
4 Direitos e garantias fundamentais na vigente Constituição Federal	329
5 Natureza jurídica das normas definidoras de direitos e garantias	329
6 Aplicabilidade das normas sobre direitos fundamentais	329
7 Restringibilidade dos direitos ou garantias	330
8 Características dos direitos ou garantias fundamentais	331
8.1 Historicidade	331

8.2 Inalienabilidade	331
8.3 Imprescritibilidade	331
8.4 Irrenunciabilidade	331
9 Classificação dos direitos fundamentais	331
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XII	332
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XII.....	338

CAPÍTULO XIII

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	339
1 Noções	339
2 Os direitos fundamentais e os tratados internacionais.....	340
3 Classificação na Declaração Universal	341
4 Direitos fundamentais de primeira geração.....	342
4.1 Noções	342
4.2 Os direitos fundamentais e sua proteção.....	342
4.2.1 Direito à vida	342
4.2.2 Direito à igualdade	342
4.2.2.1 Noções.....	342
4.2.2.2 Idade	343
4.2.2.3 Sexo.....	343
4.2.2.4 Experiência	344
4.2.2.5 Grau de instrução ou a formação acadêmica	344
4.2.2.6 Situação econômica.....	344
4.2.3 Direito de liberdade	345
4.2.3.1 Noções.....	345
4.2.3.2 A legalidade e a reserva legal	345
4.2.3.3 Liberdade de locomoção.....	348
4.2.3.4 Direito à privacidade	348
4.2.3.4.1 Noções	348
4.2.3.4.2 Inviolabilidade do domicílio.....	348
4.2.3.4.3 Inviolabilidade das comunicações	348
4.2.3.4.4 Liberdade de pensamento.....	349
4.2.3.4.5 Liberdade de reunião e de associação.....	349
4.2.3.4.6 Liberdade de ação profissional.....	349
4.2.4 Direito à segurança	350
4.2.4.1 Noções.....	350
4.2.4.2 Ato jurídico perfeito	350
4.2.4.3 Direito adquirido.....	351
4.2.4.4 Coisa julgada	353
4.2.5 Direito de propriedade.....	354
4.2.5.1 Noções.....	354
4.2.5.2 Desapropriação.....	355

4.2.5.2.1	Noções	355
4.2.5.2.2	Desapropriação por interesse social de imóvel rural	355
4.2.5.2.3	Desapropriação por interesse social de imóvel urbano	356
4.2.5.3	Usucapião especial constitucional	357
4.2.5.3.1	Imóvel urbano	357
4.2.5.3.2	Imóvel rural	357
4.2.5.4	Uso da propriedade em caráter oficial	357
4.2.5.5	Impenhorabilidade da pequena propriedade rural	358
4.2.5.6	Direito autoral	358
4.2.5.7	Direito à herança	358
4.3	Garantias contra a prisão e em matéria penal	359
4.3.1	Noções	359
4.3.2	Prisão em flagrante	359
4.3.3	Identificação dos responsáveis	359
4.3.4	Prisão por dívida	359
4.3.5	Prisão por mandado judicial	359
4.3.6	Síntese das garantias contra a prisão	360
4.3.7	Garantias em matéria penal	360
4.3.8	Princípio <i>due process of law</i>	361
4.3.9	Publicidade dos atos processuais	362
4.3.10	Livre acesso ao Poder Judiciário	362
	QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XIII	363
	QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XIII	368
 CAPÍTULO XIV		
	Ações Constitucionais de Garantia (Remédios Constitucionais)	369
1	Do <i>habeas corpus</i>	369
1.1	Noções	369
1.2	Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i>	369
1.3	Doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	370
1.4	Pressupostos constitucionais do <i>habeas corpus</i>	371
1.5	Espécies de <i>habeas corpus</i>	371
1.6	<i>Habeas corpus</i> contra ato de particular	371
1.7	Legitimidade para impetrar <i>habeas corpus</i>	372
1.8	Competência para julgar o <i>habeas corpus</i>	372
1.8.1	Regra geral	372
1.8.2	Competência dos tribunais de segundo grau	372
1.8.3	Competência do Superior Tribunal de Justiça	373
1.8.4	Competência do Supremo Tribunal Federal	373
2	Do mandado de segurança	374
2.1	Noções	374
2.2	Pressupostos constitucionais	374

2.2.1	Noções	374
2.2.2	Pressupostos positivos	374
2.2.2.1	Direito líquido e certo	374
2.2.2.2	Ato de autoridade	375
2.2.2.3	Ato de efeito concreto	375
2.2.2.4	Ilegalidade ou abuso de poder	375
2.2.2.5	Respeito ao prazo legal	376
2.3	Pressupostos negativos	376
2.4	Espécies de mandado de segurança	376
2.5	Competência	377
2.5.1	Regra geral	377
2.5.2	Competência dos tribunais	378
2.5.3	Competência em caso de atos delegados	378
2.5.4	Competência em caso de ato de instituição de ensino	379
2.5.4.1	Ensino médio e ensino fundamental	379
2.5.4.2	Ensino superior	380
2.5.4.3	Critica	381
2.5.4.4	Conclusão	382
2.6	Legitimidade ativa	383
3	Do mandado de injunção	383
3.1	Noções	383
3.2	Pressupostos constitucionais	384
3.3	Finalidade da impetração e efeitos da concessão	386
3.4	Legitimidade ativa	388
3.5	Legitimidade passiva	389
3.6	Competência	390
4	Do <i>habeas data</i>	391
4.1	Noções	391
4.2	Finalidade	391
4.3	Características	391
4.4	Competência	392
5	Da ação popular	392
5.1	Noções	392
5.2	Pressupostos constitucionais	393
5.3	Competência	393
	QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XIV	394
	QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XIV	398

CAPÍTULO XV

Aquisição e Perda da Nacionalidade	399
1 Noções	399
2 Nacional e cidadão	399

3 Cidadão e povo	399
4 Povo e população	399
5 População e habitante	400
6 Conceitos gerais e nacionalidade	400
7 Espécies de nacionalidade	400
8 Modos de aquisição da nacionalidade originária	400
8.1 Noções	400
8.2 Sistema do <i>jus soli</i>	400
8.3 Sistema do <i>jus sanguinis</i>	401
9 Polipátrida e apátrida	401
9.1 Noções	401
9.2 Polipátrida	401
9.3 Apátrida ou heimatlos	401
10 Exceções ao sistema brasileiro	402
10.1 Noções	402
10.2 Direito de opção pela nacionalidade brasileira	402
11 Nacionalidade derivada ou secundária	403
11.1 Noções	403
11.2 Modos de aquisição	403
11.2.1 Noções	403
11.2.2 Naturalização ordinária	404
11.2.3 Naturalização extraordinária pelo idioma	404
11.2.4 Naturalização extraordinária pela radicação precoce	404
11.2.5 Naturalização extraordinária pela conclusão de curso superior	405
12 Situações jurídicas especiais	405
12.1 Situação jurídica do naturalizado	405
12.2 Situação jurídica do português	406
12.3 Situação jurídica do estrangeiro	407
13 Perda da nacionalidade	407
13.1 Noções	407
13.2 Perda compulsória	408
13.3 Perda voluntária	408
14 Reaquisição da nacionalidade	408
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XV	408
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XV	413

CAPÍTULO XVI

Dos Direitos Sociais	415
1 Noções	415
2 Direitos sociais do trabalho	415
2.1 Igualdade entre urbanos e rurais (art. 7º, <i>caput</i>)	415
2.2 Salário-mínimo (IV)	415

2.3 Prazo de prescrição quanto aos créditos trabalhistas.....	416
2.4 Proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa (art. 7º, I)	417
2.5 Participação nos lucros (art. 7º, XI).....	417
2.6 Salário-família (art. 7º, XII).....	417
2.7 Jornada de trabalho (art. 7º XIII e XIV).....	418
2.8 Horas extras (art. 7º, XVI).....	418
2.9 Adicional de Férias (art. 7º, XVII).....	418
2.10 Licença-maternidade e estabilidade no emprego (art. 7º, XVIII).....	418
2.11 Licença-paternidade (art. 7º, XIX).....	420
2.12 Idade mínima para o trabalho (art. 7º, XXXIII).....	420
3 Direitos em matéria sindical (art. 8º).....	421
3.1 Liberdade para criação de sindicatos.....	421
3.2 Unidade sindical.....	421
3.3 Liberdade de filiação.....	421
4 Outros direitos dos trabalhadores.....	421
4.1 Participar dos órgãos colegiados.....	421
4.2 Eleger representante nas grandes empresas.....	421
4.3 Direito de greve (art. 9º).....	421
4.4 Estabilidade no emprego de membro da CIPA.....	422
5 Outros direitos sociais.....	422
5.1 Educação.....	422
5.2 Saúde.....	422
5.3 Segurança.....	422
5.4 Previdência social.....	422
5.5 Assistência social.....	422
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XVI.....	422
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XVI.....	426

CAPÍTULO XVII

Dos Direitos Políticos e Partidos Políticos.....	427
1 Noções.....	427
2 Direito político positivo.....	427
2.1 Direito político ativo.....	427
2.1.1 Noções.....	427
2.1.2 Capacidade ativa obrigatória ou facultativa.....	427
2.2 Direito político passivo.....	428
2.2.1 Noções.....	428
2.2.2 Condições mínimas para a elegibilidade.....	428
2.2.2.1 Noções.....	428
2.2.2.2 Nacionalidade brasileira.....	428
2.2.2.3 Pleno exercício dos direitos políticos.....	429
2.2.2.4 Alistamento eleitoral.....	429

2.2.2.5 Alfabetização.....	429
2.2.2.6 Domicílio eleitoral na circunscrição.....	429
2.2.2.7 Filiação partidária.....	429
2.2.2.8 Idade mínima.....	430
3 Direito político negativo.....	431
3.1 Noções.....	431
3.2 Inalistabilidade.....	431
3.3 Inelegibilidade por inalistabilidade.....	431
3.3.1 Noções.....	431
3.3.2 Inelegibilidade absoluta.....	432
3.3.3 Inelegibilidade relativa.....	432
3.3.3.1 Noções.....	432
3.3.3.2 Incompatibilidade por motivos funcionais.....	432
3.3.3.2.1 Para o mesmo cargo.....	432
3.3.3.2.2 Para outro cargo.....	433
3.3.3.3 Inelegibilidade decorrente de parentesco.....	434
3.3.4 União estável e concubinato.....	434
3.3.5 A base territorial e a subdivisão de município ou Estado.....	436
3.4 Direito político negativo por suspensão ou perda.....	436
3.4.1 Noções.....	436
3.4.2 Distinção entre causas de suspensão e perda de direitos.....	437
3.4.3 Causas de perda de direitos políticos.....	437
3.4.3.1 Incapacidade civil absoluta.....	437
3.4.3.2 Cancelamento da naturalização por sentença.....	438
3.4.3.3 Recusa de cumprir obrigação geral ou prestação alternativa.....	438
3.4.4 Causas de suspensão de direitos políticos.....	438
3.4.4.1 Noções.....	438
3.4.4.2 Condenação criminal.....	438
3.4.4.3 Improbidade administrativa.....	439
3.5 Situação política do militar.....	439
3.6 Situação política dos magistrados.....	440
3.7 Situação política dos membros do Ministério Público.....	440
4 Partido político.....	441
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XVII.....	442
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XVII.....	446

CAPÍTULO XVIII

Da Organização do Estado Brasileiro.....	447
1 Noções.....	447
2 Composição do Estado brasileiro.....	447
2.1 Noções.....	447
2.2 A federação.....	447

2.3 A União	448
2.4 Os Estados	448
2.4.1 Natureza jurídica	448
2.4.2 Alteração da estrutura da federação	448
2.4.2.1 Noções	448
2.4.2.2 Incorporação e fusão	449
2.4.2.3 Subdivisão	449
2.4.2.4 Desmembramento	450
2.4.3 Necessidade de aprovação em plebiscito para alteração	450
2.4.4 A lei complementar	452
2.5 Os municípios	452
2.5.1 Noções	452
2.5.2 Alteração da estrutura de Estado-Membro	453
2.6 O Distrito Federal	454
2.6.1 Noções	454
2.6.2 Natureza jurídica	455
2.6.3 Competência	455
2.6.4 Vedação expressa específica	455
2.6.5 Estrutura administrativa	455
2.7 Os Territórios Federais	455
2.7.1 Noções	455
2.7.2 Natureza jurídica	455
2.7.3 Fiscalização e administração	456
2.8 Vedações explícitas aos entes federativos	456
2.8.1 Noções	456
2.8.2 Cultos religiosos	456
2.8.3 Recusar fé a documentos públicos	457
2.8.4 Preferências ou distinções entre brasileiros	457
3 Dos bens públicos	458
3.1 Noções	458
3.2 Bens da União	458
3.3 Bens dos Estados	460
3.4 Resultado da exploração de petróleo, gás e outros recursos	460
3.5 Faixa de fronteira	460
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XVIII	460
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XVIII	465
CAPÍTULO XIX	
Das Competências das Unidades da Federação	467
1 Noções	467
2 Conceito	467
3 Técnicas de repartição	468

4	Sistemas de repartição de competência	468
4.1	Noções	468
4.2	Sistema da enumeração total	468
4.3	Sistema da enumeração dos Estados	469
4.4	Sistema da enumeração da União	469
5	A repartição de competência no Brasil	469
5.1	Noções	469
5.2	O princípio da supremacia do interesse	469
6	Espécies de competências	469
6.1	Noções	469
6.2	Competência legislativa	470
7	Competência da União	470
7.1	Competência privativa e competência exclusiva	470
7.1.1	Noções	470
7.1.2	Competência privativa	471
7.1.3	Competência exclusiva	471
7.2	Competência concorrente	471
7.2.1	Noções	471
7.2.2	Como pode ser a competência concorrente	472
7.2.3	Aplicação da regra mais rigorosa	472
7.2.4	Distinção com a competência comum	473
7.2.5	Regras próprias da competência concorrente	473
8	Competência dos Estados e do Distrito Federal	473
8.1	Competência residual	473
8.2	Competência supletiva	474
8.3	Competência complementar	474
8.4	Competência exclusiva expressa	474
9	Competência dos municípios	474
9.1	Competência exclusiva pela prevalência do interesse local	474
9.2	Competência exclusiva em razão da matéria	475
9.3	Competência complementar	476
10	Competência material	476
10.1	Competência da União	476
10.1.1	Competência privativa e competência exclusiva	476
10.1.2	Competência comum	477
10.2	Competência dos Estados e Distrito Federal	478
10.3	Competências do município	479
11	Algumas regras sobre competência	479
11.1	Noções	479
11.2	Normas gerais	480
11.3	Competência concorrente	480
11.4	Competência dos Estados	480

11.5 Competência comum.....	480
11.6 Supremacia do interesse.....	480
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XIX.....	480
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XIX.....	485

CAPÍTULO XX

Mecanismos de Estabilização Constitucional.....	487
1 Noções.....	487
2 Da intervenção federal.....	487
2.1 Noções.....	487
2.2 Caráter excepcional da intervenção.....	488
2.3 Hipóteses autorizadoras de intervenção.....	488
2.3.1 Noções.....	488
2.3.2 Segurança do Estado e equilíbrio da federação.....	489
2.3.3 Princípios constitucionais sensíveis.....	489
2.4 A competência para decretar a intervenção.....	489
2.5 Natureza da intervenção.....	489
2.6 Discricionariedade ou obrigatoriedade da intervenção.....	490
2.6.1 Vinculada ou obrigatória.....	490
2.6.2 Discricionária ou facultativa.....	490
2.6.3 Ofensa aos princípios constitucionais sensíveis.....	491
2.7 Procedimento intervencional.....	492
2.8 Cessação da intervenção.....	493
2.9 Efeitos da intervenção.....	493
2.10 Atribuições do interventor.....	493
2.11 Responsabilidade pelos atos do interventor.....	494
2.12 Natureza do ato intervencional.....	495
3 Intervenção estadual nos municípios.....	495
4 Do estado de defesa e do estado de sítio.....	495
4.1 Noções.....	495
4.2 Do estado de defesa.....	496
4.2.1 Noções.....	496
4.2.2 Objetivos.....	497
4.2.3 Onde decretar.....	497
4.2.4 Procedimento.....	497
4.2.5 Medidas coercitivas que podem ser adotadas.....	498
4.2.6 Prisão por crime contra o Estado.....	498
4.2.7 Controles.....	499
4.2.7.1 Político.....	499
4.2.7.2 Jurisdicional.....	499
4.3 Do estado de sítio.....	500
4.3.1 Noções.....	500

4.3.2	Objetivos da medida	500
4.3.3	Onde decretar a medida	500
4.3.4	Procedimento	500
4.3.5	Controles	501
4.3.5.1	Político	501
4.3.5.2	Jurisdicional	501
5	Das Forças Armadas	501
5.1	Noções	501
5.2	Organismos das Forças Armadas	502
5.3	Objetivos das Forças Armadas	502
5.4	Princípios ou regras gerais	502
5.4.1	Previstos no art. 142, § 3º, da Constituição Federal	502
5.4.2	Previstos no art. 7º da Constituição Federal	503
5.4.3	Previstos no art. 37 da Constituição Federal	503
5.5	O serviço militar	503
5.5.1	A questão da obrigatoriedade	503
5.5.2	Imunes da obrigatoriedade	504
6	Segurança pública	504
6.1	Noções	504
6.2	Organismos	504
6.2.1	Órgãos federais	504
6.2.1.1	Polícia federal	504
6.2.1.2	Polícia rodoviária federal	505
6.2.1.3	Polícia ferroviária federal	505
6.2.2	Órgãos estaduais	505
6.2.2.1	Noções	505
6.2.2.2	Polícia civil	505
6.2.2.3	Polícia militar	505
6.2.2.4	Corpo de bombeiros militar	506
6.2.3	Órgão municipal	506
6.3	Servidores militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios	506
6.3.1	Noções	506
6.3.2	Regras aplicáveis aos militares estaduais	506
	QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XX	506
	QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XX	511
 CAPÍTULO XXI		
A	Administração Pública à Luz da Emenda Constitucional nº 19/1998	513
1	Noções	513
2	Princípios básicos da Administração Pública	513
2.1	Noções	513
2.2	Princípio da legalidade	513

2.3 Princípio da moralidade.....	514
2.4 Princípio da impessoalidade ou finalidade.....	515
2.5 Princípio da publicidade.....	515
2.6 Princípio da eficiência.....	515
3 Outros princípios.....	515
3.1 Noções.....	515
3.2 Necessidade de licitação.....	515
3.3 Proibição de propagandas pessoais.....	515
3.4 Repressão aos atos de improbidade.....	516
4 O servidor público civil.....	517
4.1 Noções.....	517
4.2 Regime jurídico.....	517
4.2.1 Noções.....	517
4.2.2 Espécies.....	517
4.2.3 O regime jurídico único.....	518
4.2.4 O regime institucional.....	518
4.2.5 O fim do regime jurídico único.....	518
4.2.6 Estabilidade.....	519
4.3 Acessibilidade ao serviço público.....	520
4.4 Concurso público.....	521
4.4.1 Noções.....	521
4.4.2 Não se limita à primeira investidura.....	521
4.4.3 Nível de exigência do concurso.....	521
4.4.4 Dispensa de concurso.....	521
4.4.5 Prazo de validade do concurso.....	522
4.4.6 Reserva de vagas.....	523
4.4.7 Contratação por prazo determinado.....	523
4.5 Distinção entre função de confiança e cargo em comissão.....	523
4.6 Direito de greve e direito à sindicalização.....	524
4.6.1 Da greve.....	524
4.6.2 Da sindicalização.....	524
4.7 A remuneração do servidor público.....	524
4.7.1 Noções.....	524
4.7.2 Fixação por lei.....	525
4.7.3 Teto salarial.....	525
4.7.4 Teto salarial em caso de acumulação de cargos ou empregos.....	526
4.7.5 Paridade de vencimentos.....	528
4.7.6 Vinculação, equiparação e isonomia.....	528
4.7.7 Subsídio em parcela única.....	529
4.8 Precedência da Administração fazendária.....	529
4.9 Servidor público em mandato eletivo.....	529
5 Outras regras aplicáveis à Administração Pública.....	530

5.1 Criação de entidades da Administração indireta	530
5.2 Participação do usuário na Administração Pública	530
5.3 Restrições ao exercício de atribuições privilegiadas.....	531
5.4 Contrato de gestão.....	531
5.5 Responsabilidade estatal por danos causados por seus agentes	531
5.5.1 Noções.....	531
5.5.2 Teorias sobre a responsabilidade patrimonial.....	532
5.5.2.1 Noções.....	532
5.5.2.2 Teoria da irresponsabilidade	532
5.5.2.3 Teoria da culpa administrativa	532
5.5.2.4 Teoria do risco administrativo	532
5.5.2.5 Teoria do risco integral.....	533
5.5.3 Teoria aceita no direito brasileiro	533
5.5.3.1 Noções.....	533
5.5.3.2 O direito de regresso	533
5.5.3.3 A denunciação da lide para o direito de regresso	534
5.5.4 Danos causados por ato legislativo ou judicial	535
6 O Estado mínimo como novo conceito.....	535
6.1 Noções	535
6.2 A crise do Estado.....	536
6.3 Formas de enfrentar a crise do Estado	536
6.4 As formas de Administração Pública	536
6.4.1 Administração Pública patrimonialista.....	536
6.4.2 Administração Pública burocrática	536
6.4.3 Administração Pública gerencial	536
6.5 Um novo modelo de Estado	537
6.6 Novas formas de prestações de serviços públicos	537
6.6.1 Noções	537
6.6.2 Formas de propriedade conforme os setores do Estado	538
6.6.3 Serviços públicos exclusivos.....	538
6.6.3.1 Noções.....	538
6.6.3.2 As agências prestadoras de serviços típicos.....	538
6.6.3.2.1 Noções	538
6.6.3.2.2 Agência executiva.....	538
6.6.3.2.3 Agência reguladora.....	539
6.6.4 Serviços públicos não exclusivos.....	539
6.6.4.1 Noções.....	539
6.6.4.2 Organizações sociais.....	539
6.6.4.3 Características	540
6.6.5 Produção de bens e serviços.....	540
6.6.6 Atividades de rotina.....	540
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXI.....	541
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXI	545

CAPÍTULO XXII

Aposentadoria do Servidor Público à Luz das EC's nº 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 70/2012	547
1 Noções	547
2 Quem pode ser aposentado como servidor público	548
2.1 Titular de cargo efetivo	548
2.2 Servidor em estágio probatório	549
3 Pressupostos da aposentadoria e valor dos proventos	549
4 Tempo de serviço e tempo de contribuição	549
5 Aposentadoria compulsória	550
6 Aposentadoria voluntária	551
6.1 Por invalidez	551
6.2 Por tempo de contribuição	551
6.2.1 Noções	551
6.2.2 Mínimo de tempo de contribuição e de cargo público	551
6.2.3 Idade mínima e tempo de contribuição	551
6.2.4 por simples idade mínima	552
6.3 Aposentadoria de professor	552
6.4 Aposentadorias especiais	553
6.5 Aposentadoria de militares	553
7 Duplicidade de aposentadorias	555
8 Valor dos proventos e pensões	556
9 Teto especial para os proventos	557
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXII	557
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXII	564

CAPÍTULO XXIII

Poderes do Estado Brasileiro	565
1 Noções	565
2 A teoria de Montesquieu	566
3 Harmonia entre os Poderes	566
4 Independência entre os Poderes	567
5 A polêmica de Jobim sobre o art. 2º da Constituição Federal	567
6 Conclusão	568
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXIII	568
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXIII	573

CAPÍTULO XXIV

Do Poder Legislativo no Brasil	575
1 Noções	575
2 Sistemas unicameral e bicameral de Poder Legislativo	575
3 Espécies de bicameralismo	576
3.1 Bicameralismo aristocrático	576

3.2 Bicameralismo técnico	576
3.3 Bicameralismo desigual	576
3.4 Bicameralismo igual	576
4 Sistema brasileiro	576
4.1 Tipos de bicameralismo	576
4.2 Congresso Nacional ou Parlamento Nacional?	577
5 Funções do Poder Legislativo	577
5.1 Noções	577
5.2 Funções típicas ou precípuaas	577
5.2.1 Legislativa	577
5.2.2 Fiscalizadora	577
5.3 Funções atípicas	577
5.3.1 Organizadora	577
5.3.2 Administradora	578
5.3.3 Julgadora	578
5.3.4 Política	578
5.4 Funções exclusivas de cada Casa e do Congresso Nacional	578
5.4.1 Funções da Câmara dos Deputados	578
5.4.2 Funções do Senado Federal	578
5.4.2.1 Noções	578
5.4.2.2 Competências do Senado Federal	579
5.4.2.2.1 Como órgão de julgamento	579
5.4.2.2.2 Como órgão de formação de instituições superiores	579
5.4.2.2.3 Atribuições relacionadas a questões financeiras	579
5.4.2.2.4 Como participe do controle da constitucionalidade	580
5.4.2.2.5 Atribuições internas	580
5.4.3 Atribuições do Congresso Nacional	580
5.4.3.1 Atribuições dependentes de sanção presidencial	580
5.4.3.2 Atribuições que não dependem da sanção presidencial	581
6 Funcionamento	581
6.1 Noções	581
6.2 Funcionamento total	581
6.3 Funcionamento fracionado por meio das mesas diretoras	582
6.3.1 Noções	582
6.3.2 Espécies e composição das mesas diretoras	582
6.3.3 Duração do mandato dos membros da mesa diretora	583
6.3.4 Mandato das mesas nos Estados e municípios	583
6.4 Funcionamento fracionado por meio das comissões	583
6.4.1 Noções	583
6.4.2 Classificação	583
6.4.2.1 Comissão pura ou mista	583
6.4.2.2 Comissão temporária ou permanente	584

6.4.2.3 Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).....	584
6.4.2.3.1 Noções	584
6.4.2.3.2 Requisitos.....	584
6.4.2.3.3 Poderes da Comissão Parlamentar de Inquérito.....	584
6.4.2.4 Comissão Representativa.....	588
7 Reuniões do Congresso Nacional.....	588
7.1 Noções.....	588
7.2 Sessão legislativa ordinária.....	589
7.3 Sessão ordinária e extraordinária	589
7.4 Período legislativo.....	590
7.5 Período de recesso.....	590
7.6 Sessão legislativa extraordinária.....	590
7.6.1 Noções.....	590
7.6.2 Legitimidade exclusiva.....	590
7.6.3 Legitimidade concorrente.....	591
7.6.4 Delimitação da competência.....	591
7.6.5 O problema do subsídio extra.....	591
7.7 Sessão preparatória.....	592
7.8 Importância da sessão legislativa	592
8 Dos parlamentares.....	592
8.1 Quantidade de deputados federais.....	592
8.2 Quantidade de senadores.....	594
8.3 Quantidade de deputados estaduais.....	595
8.4 Quantidade de vereadores.....	596
8.5 Prerrogativas.....	602
8.5.1 Noções.....	602
8.5.2 Imunidades ou inviolabilidades.....	603
8.5.2.1 Noções.....	603
8.5.2.2 Espécies de imunidades.....	603
8.5.2.2.1 Noções	603
8.5.2.2.2 Imunidade material	603
8.5.2.2.3 Imunidade material de deputado estadual e vereadores.....	604
8.5.2.2.4 Imunidade processual	604
8.5.2.5 Proibição de suspensão das imunidades	606
8.5.3 Fixação de remuneração	606
8.5.4 Incorporação às Forças Armadas	607
8.5.5 Foro especial por prerrogativa de função	607
8.5.6 Não ser testemunha.....	609
8.6 Impedimentos.....	609
8.6.1 Impedimentos desde a diplomação	609
8.6.2 Impedimentos a partir da posse.....	610
8.7 Perda do mandato.....	610

8.7.1 Noções	610
8.7.2 Perda por cassação	611
8.7.3 Perda por extinção	612
8.7.4 Perda do mandato de vereadores.....	612
8.8 Compatibilidade do mandato.....	612
8.8.1 Investidura em funções específicas.....	612
8.8.2 Licença para interesse particular	613
8.8.3 Licença para tratamento de saúde.....	613
8.8.4 Convocação de suplente.....	613
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXIV	613
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXIV	617
CAPÍTULO XXV	
Do Processo Legislativo	619
1 Noções	619
2 Espécies normativas	619
2.1 Noções	619
2.2 Emendas constitucionais.....	619
2.3 Leis.....	620
2.4 Medida provisória.....	620
2.5 Atos sem participação de outros Poderes.....	620
3 Lei ordinária e lei complementar	620
4 Procedimento legislativo.....	621
4.1 Noções	621
4.2 Espécies de procedimentos	621
4.2.1 Noções	621
4.2.2 Procedimento comum, normal ou ordinário	621
4.2.3 Procedimento sumário	622
4.2.4 Procedimento abreviado ou acelerado	622
4.2.5 Procedimento sumaríssimo.....	622
4.2.6 Procedimento concentrado	622
4.2.7 Procedimento especial.....	623
4.3 Procedimento para elaboração de leis ordinária e complementar	623
4.3.1 Iniciativa para formação da lei	623
4.3.1.1 Noções.....	623
4.3.1.2 Como iniciar a formação da lei	623
4.3.1.3 Quem pode iniciar a formação da lei	624
4.3.1.3.1 Noções	624
4.3.1.3.2 Iniciativa concorrente ou geral.....	624
4.3.1.3.3 Iniciativa reservada discricionária.....	624
4.3.1.3.4 Iniciativa reservada vinculada.....	625
4.3.1.3.5 Os termos empregados	625

4.3.1.3.6 As leis sobre o Ministério Público	625
4.3.1.4 Onde iniciar a formação da lei	627
4.3.1.5 Quando se pode iniciar a formação da lei	628
4.3.2 Discussão e votação dos projetos de lei	628
4.3.2.1 Noções	628
4.3.2.2 <i>Quorum</i> necessário	628
4.3.2.3 Saber se é lei ordinária ou complementar	629
4.3.2.4 Procedimento na Casa Revisora	629
4.3.2.5 Emenda a projeto de lei de iniciativa reservada	630
4.3.3 Sanção da lei ou veto do projeto	630
4.3.3.1 Noções	630
4.3.3.2 Sanção do projeto	630
4.3.3.3 Veto ao projeto de lei	631
4.3.3.3.1 Noções	631
4.3.3.3.2 Espécies	631
4.3.3.3.3 Ato composto	631
4.3.3.3.4 Alcance do veto	631
4.3.3.3.5 Desveto	632
4.3.3.3.6 Rejeição do veto	632
4.3.4 Promulgação da lei	633
4.3.5 Publicação da lei	633
4.4 O procedimento para a lei delegada	633
4.4.1 Noções	633
4.4.2 Delegação <i>interna corporis</i>	633
4.4.3 Delegação propriamente dita	634
4.4.4 Críticas e justificativas da lei delegada	634
4.4.5 Inutilidade da previsão	634
4.4.6 Matérias indelegáveis	634
4.4.7 Forma da delegação	635
4.4.8 Caráter temporário da delegação	635
4.4.9 Espécies de delegação	635
4.4.9.1 Noções	635
4.4.9.2 Delegação propriamente dita	636
4.4.9.3 Delegação com revisão pelo Congresso Nacional	636
4.5 O procedimento para elaboração de medida provisória	636
4.5.1 Noções	636
4.5.2 Edição de medida provisória por governadores e prefeitos	636
4.5.3 Pressupostos	637
4.5.4 Eficácia	638
4.5.5 Limites à reedição	639
4.5.6 Paralelo com o decreto-lei	640
4.5.7 Inaplicabilidade da medida	640

4.5.8 O problema de medida provisória em matéria tributária	641
4.5.9 Tramitação da medida provisória	644
4.6 Procedimento para elaboração de decreto legislativo	645
4.6.1 Noções	645
4.6.2 Campo de incidência	645
4.6.3 Tramitação	646
4.7 Procedimento para elaboração de resolução	646
4.7.1 Noções	646
4.7.2 Campo de incidência	646
4.7.3 Legitimidade e <i>quorum</i>	646
4.8 Procedimento legislativo da lei orçamentária	647
4.8.1 Noções	647
4.8.2 Iniciativa	647
4.8.3 Discussão e votação	647
4.8.4 Emendas condicionadas	647
4.8.5 Emendas vedadas	647
4.8.6 Modificação do projeto	647
4.8.7 Demais fases do procedimento	648
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXV	648
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXV	653

CAPÍTULO XXVI

Atividade Fiscalizadora do Poder Legislativo	655
1 Noções	655
2 Objeto do controle	655
3 Sujeito passivo do controle	655
4 Tipos de controle federal e estadual	656
4.1 Controle interno	656
4.2 Controle externo	656
5 Verificação de relatórios	656
6 Natureza dos atos do Tribunal de Contas	656
6.1 Noções	656
6.2 Pareceres e decisões	656
6.3 Respostas a consultas	656
7 Legitimidade para denúncias	657
8 Histórico dos tribunais de contas no Brasil	658
9 Estrutura do Tribunal de Contas da União	658
10 Estrutura do Tribunal de Contas do Estado	658
11 Controle nos municípios	659
11.1 Sistemas de controles	659
11.2 Tribunal de Contas municipal	659
11.3 Auxílio de contribuintes	660

11.4 Rejeição das contas pelo Tribunal e aprovação pela Câmara	660
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXVI	661
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXVI.....	667

CAPÍTULO XXVII

Do Poder Executivo no Brasil	669
1 Noções	669
2 Forma de governo no Brasil	669
3 Sistema de governo no Brasil.....	669
4 O presidente da República	670
4.1 Requisitos do candidato	670
4.2 Eleição.....	670
4.3 Reeleição	671
4.4 Segundo turno, se houver.....	671
4.4.1 Maioria absoluta.....	671
4.4.2 Maioria simples	672
4.4.3 Quando realizar o segundo turno.....	672
4.5 Posse e duração do mandato	672
4.6 Solenidade de posse.....	674
4.7 Vacância do cargo.....	675
4.8 Sucessor e substituto	675
4.9 Substituição ou sucessão nos casos de desincompatibilização	676
4.10 O caso de Goiás.....	676
4.11 Proibição de se ausentar do País.....	678
5 Atribuições do presidente da República	679
5.1 Noções	679
5.2 Atribuições privativas.....	680
5.3 Atribuições exclusivas	681
6 Ministro de Estado.....	682
7 A responsabilidade do presidente da República.....	683
7.1 Noções	683
7.2 Processo e julgamento.....	683
7.2.1 Noções	683
7.2.2 Prevalência de juízo político	685
7.2.3 <i>Impeachment</i>	687
7.2.4 A pena aplicável	687
7.2.5 Apuração de responsabilidade civil ou criminal	688
7.2.6 Proibição de prisão do presidente da República.....	689
7.2.7 Irresponsabilidade por atos estranhos ao exercício da função.....	690
8 Órgãos consultivos do presidente da República	691
8.1 Conselho da República	691
8.1.1 Natureza.....	691

8.1.2 Composição	691
8.1.3 Funcionamento	692
8.2 Conselho de Defesa Nacional	692
8.2.1 Noções	692
8.2.2 Composição	693
8.2.3 Funcionamento	693
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXVII	694
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXVII	698
 CAPÍTULO XXVIII	
Do Poder Judiciário no Brasil	699
1 Noções	699
2 Função jurisdicional	699
3 Independência	699
3.1 Noções	699
3.2 Independência administrativa	700
3.2.1 Noções	700
3.2.2 Atribuições de todos os tribunais	700
3.2.3 Atribuições dos tribunais superiores e de tribunais de Justiça	701
3.3 Independência financeira	701
3.4 Independência funcional	702
3.4.1 Noções	702
3.4.2 Independência propriamente dita	703
3.4.2.1 Noções	703
3.4.2.2 Vitaliciedade	704
3.4.2.3 Inamovibilidade	704
3.4.2.4 Irredutibilidade de subsídio	705
3.4.3 Imparcialidade do juiz	706
4 Órgãos do Poder Judiciário	706
5 Classificação dos órgãos	707
5.1 Quanto à composição ou estrutura	707
5.2 Quanto à matéria	707
5.3 Quanto à competência	707
6 Denominação dos membros do Poder Judiciário	707
7 Justiças especializadas	708
7.1 Noções	708
7.2 Justiça do trabalho	708
7.2.1 Noções	708
7.2.2 Competência da Justiça do trabalho	709
7.2.3 Tribunal Superior do Trabalho	709
7.2.4 Tribunal Regional do Trabalho	710
7.2.5 Juizes do trabalho	711

7.2.6 A situação dos classistas	711
7.3 Justiça militar.....	712
7.3.1 Noções.....	712
7.3.2 Competência da Justiça militar.....	712
7.3.3 Composição do Superior Tribunal Militar.....	713
7.4 Justiça eleitoral.....	713
7.4.1 Noções.....	713
7.4.2 Composição do Tribunal Superior Eleitoral.....	714
7.4.3 Composição dos tribunais regionais eleitorais.....	714
7.4.4 Juízes eleitorais.....	714
7.4.5 Juntas eleitorais.....	714
8 Justiça comum.....	715
8.1 Superior Tribunal de Justiça.....	715
8.1.1 Composição.....	715
8.1.2 Competência originária.....	715
8.1.2.1 Em matéria cível.....	715
8.1.2.1.1 Mandado de segurança.....	715
8.1.2.1.2 <i>Habeas data</i>	716
8.1.2.1.3 Ação rescisória.....	716
8.1.2.1.4 Mandado de injunção.....	716
8.1.2.1.5 Concessão de exequatur e homologação de sentença.....	716
8.1.2.2 Em matéria criminal.....	717
8.1.2.2.1 Crime de governador.....	717
8.1.2.2.2 Crime de desembargador.....	717
8.1.2.2.3 Crime de conselheiro de tribunais de contas estaduais.....	717
8.1.2.2.4 Crime de juízes de tribunais regionais.....	718
8.1.2.2.5 Crime de conselheiro de contas de município.....	718
8.1.2.2.6 Crime de membros do Ministério Público da União.....	718
8.1.2.2.7 <i>Habeas corpus</i> sendo coator ou paciente membro de tribunal não superior e outros.....	718
8.1.2.2.8 <i>Habeas corpus</i> contra ato de ministro de Estado.....	719
8.1.2.2.9 Revisão criminal.....	719
8.1.2.3 Em conflito de competência.....	719
8.1.2.3.1 Noções.....	719
8.1.2.3.2 Conflito entre tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o".....	719
8.1.2.3.3 Conflito entre tribunal e juiz a ele não vinculado.....	720
8.1.2.3.4 Conflito entre juízes vinculados a tribunais diversos.....	720
8.1.2.3.5 Reclamação constitucional.....	721
8.1.2.4 Em conflito de atribuições.....	722
8.1.3 Competência recursal.....	722
8.1.3.1 Recurso ordinário.....	722

8.1.3.1.1 Em habeas corpus.....	722
8.1.3.1.2 Em mandado de segurança	723
8.1.3.1.3 Entre Estado estrangeiro e município ou pessoa residente ou domiciliada no País	723
8.1.3.2 Recurso especial	724
8.1.3.2.1 Casos de cabimento	724
8.1.3.2.2 Súmulas sobre recurso especial.....	724
8.2 Justiça federal	725
8.2.1 Tribunais regionais federais	725
8.2.1.1 Estrutura	725
8.2.1.2 Competência originária	725
8.2.1.3 Competência recursal.....	726
8.2.2 Competência do primeiro grau de jurisdição.....	726
8.2.2.1 Em matéria cível	726
8.2.2.2 Em matéria criminal	727
8.2.2.3 Regras especiais de competência de foro.....	728
8.2.2.4 Competência dos juizados especiais.....	728
8.3 Da Justiça estadual.....	729
8.3.1 Noções	729
8.3.2 Organização do Poder Judiciário do Estado de Goiás	730
8.3.2.1 Órgãos	730
8.3.2.2 Do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.....	730
8.3.2.2.1 Composição.....	730
8.3.2.2.2 Atribuições administrativas	730
8.3.2.2.3 Competência judicial originária.....	731
8.3.2.2.4 Competência judicial originária.....	731
8.3.2.3 Do juiz de direito	731
8.3.2.4 Da Justiça militar.....	732
8.3.2.4.1 Tribunal de Justiça Militar	732
8.3.2.4.2 Conselho de Justiça Militar.....	732
8.3.2.4.3 Juizados especiais	732
8.3.2.4.3.1 Noções	732
8.3.2.4.3.2 Competência	733
8.3.2.4.3.3 Único grau de jurisdição.....	734
8.3.2.4.3.4 Subordinação das turmas ao Tribunal de Justiça	734
8.3.2.4.4 Justiça de paz.....	736
8.3.2.4.5 A questão do tribunal do júri	736
9 O Supremo Tribunal Federal	737
9.1 Noções	737
9.2 Competência	737
9.2.1 Noções.....	737

9.2.2 Competência originária em matéria constitucional e geral	738
9.2.3 Competência originária em matéria cível.....	739
9.2.4 Competência originária em matéria criminal.....	739
9.2.5 Competência recursal	740
9.2.5.1 Recurso ordinário.....	740
9.2.5.2 Recurso extraordinário.....	741
9.2.5.3 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	741
9.2.5.4 Aprovação de súmula com efeito vinculante.....	742
10 Do Conselho Nacional de Justiça.....	742
10.1 Noções	742
10.2 Composição	742
10.3 Competência	743
10.4 Corregedoria	743
11 O estatuto da magistratura e seus princípios	744
11.1 Noções	744
11.2 Concurso público de provas e títulos	744
11.3 Movimentação na carreira por promoção ou remoção.....	744
11.3.1 Noções	744
11.3.2 Cargo inicial de juiz substituto.....	745
11.3.3 Remoção para comarca de igual entrância.....	745
11.3.4 Permuta entre juízes de mesma entrância.....	745
11.3.5 Promoção para comarca de entrância superior	746
11.3.5.1 Noções	746
11.3.5.2 Critério de antiguidade	746
11.3.5.3 Critério de merecimento.....	746
11.3.5.4 Acesso aos tribunais	749
11.3.5.4.1 Acesso por promoção	749
11.3.5.4.2 Ingresso pelo quinto constitucional.....	750
11.4 Remuneração dos magistrados.....	752
11.5 Aposentadoria como direito	753
11.6 Aposentadoria como punição	754
11.7 Residência na comarca	754
11.8 Fundamentação das decisões.....	754
11.9 Publicidade dos atos judiciais.....	754
11.10 Punição com ampla defesa	755
11.10.1 Conceito de maioria absoluta.....	755
11.10.2 Penalidades aplicáveis.....	756
11.11 Órgão especial.....	756
11.12 Regras para melhor prestação jurisdicional	756
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXVIII	758
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXVIII.....	762

CAPÍTULO XXIX

Funções Essenciais à Administração da Justiça	765
1 Noções	765
2 Ministério Público	765
2.1 Histórico no Brasil.....	765
2.2 O que é o Ministério Público.....	766
2.2.1 Noções.....	766
2.2.2 Instituição permanente.....	766
2.2.3 Essencial à função jurisdicional.....	766
2.3 Princípios institucionais.....	767
2.3.1 Unidade.....	767
2.3.2 Indivisibilidade.....	767
2.3.3 Independência funcional.....	767
2.4 A chefia.....	768
2.4.1 No plano federal.....	768
2.4.1.1 A quem compete.....	768
2.4.1.2 Recondução ao cargo.....	768
2.4.1.3 Destituição do cargo.....	768
2.4.2 No plano dos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho e Militar.....	768
2.4.3 No plano dos Estados e Distrito Federal e territórios.....	768
2.4.3.1 A quem compete.....	768
2.4.3.2 Recondução ao cargo.....	769
2.4.3.3 Destituição do cargo.....	769
2.5 Garantias de seus membros.....	769
2.6 Vedações.....	769
2.7 Funções institucionais.....	772
3 Ministério Público Especial do Tribunal de Contas	772
4 Conselho Nacional do Ministério Público	772
4.1 Noções.....	772
4.2 Composição.....	772
4.3 Atribuições.....	773
4.4 Corregedoria.....	773
5 Advocacia da União e dos Estados	773
6 Advocacia privada	774
6.1 Noções.....	774
6.2 Exame de Ordem.....	774
6.3 Atuação do advogado e jus postulandi próprio.....	775
7 Defensoria Pública	776
7.1 Noções.....	776
7.2 Escorço histórico.....	776
7.3 Situação presente.....	777
QUESTÕES OBJETIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXIX	777
QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE O CAPÍTULO XXIX	782

GABARITOS DAS QUESTÕES OBJETIVAS	783
REFERÊNCIAS.....	787
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	795